

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.953 - DF (2015/0101598-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **MARCOS DE SOUSA SILVEIRA**  
**RECORRENTE** : **BRASILIA INSTALADORA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA - ME**  
**ADVOGADO** : **JOÃO PIRES DOS SANTOS - DF015399**  
**RECORRIDO** : **AVILA CONSULTORIA ENGENHARIA E INCORPORACAO LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ANTONIO LINS GUIMARÃES - DF003470**  
ALBERTO MOREIRA DE VASCONCELLOS - DF000288

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MARCOS DE SOUSA SILVEIRA, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado:

*"AGRAVO DE INSTRUMENTO APELAÇÃO NÃO RECEBIDA - IRREGULARIDADES - AUSÊNCIA - INTEMPESTIVIDADE - DECISÃO MANTIDA.*

- 1) - Não demonstrada nenhuma irregularidade na publicação da sentença judicial, e sendo a apelação protocolada fora do prazo recursal de 15(quinze) dias, manifesta é a sua intempestividade.*  
*2) - Recurso conhecido e improvido." (e-STJ, fl.59)*

Opostos três embargos de declaração, foram rejeitados com imposição de multa (e-STJ, fls. 186/191, 206/212 e 230/240)

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação dos arts. 183,§1º e 538, do CPC; 4º, da Lei 11.419/06 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (a) as informações prestadas por sítios eletrônicos da Justiça são dotadas de caráter oficial; (b) foram induzidos a erro por andamento processual equivocado, o que os fizeram interpor o recurso de apelação intempestivamente; (c) não cabimento da multa do art. 538, parágrafo único do CPC.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela

jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

A Corte *a quo* entendeu pela intempestividade do recurso de apelação, diante da inexistência de irregularidade nos andamentos processuais, *in verbis*:

*"Os agravantes trouxeram espelhos do andamento processo originário e argumentam que foram induzidos ao erro pela Secretaria da Vara na contagem do prazo recursal para a interposição da apelação.*

***Não se percebe nenhuma irregularidade nos andamentos processuais.***

*A certidão de publicação do julgamento (fls.111) dos embargos de declaração, foi disponibilizada no dia 14/10/2013 (segunda-feira), publicada no dia 15/10/2013 (terça-feira), sendo que o início do prazo recursal de 15(quinze) dias deu-se no dia seguinte, qual seja 16/10/2013(quarta-feira), encerrando-se no dia 30/10/2013(quarta-feira), e como a apelação foi protocolizada (fls.34) somente no dia 04/11/2013 (segunda-feira), manifesta é a sua intempestividade." (e-STJ, fl. 161, grifou-se)*

Como visto acima, o Tribunal de origem, ao analisar o andamento processual dos autos de origem (ação de manutenção de posse) concluiu, diante do contexto fático-probatório coligido aos autos, pela inexistência de irregularidade em suas informações. Nesse contexto, a modificação de tal entendimento, no sentido de verificar nos autos de origem demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável na sede estreita do recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

***"ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO ILEGÍVEL. AFERIÇÃO DA TEMPESTIVIDADE POR OUTROS MEIOS. POSSIBILIDADE. RECURSO REPETITIVO. RESP 1.409.357/SC. REEXAME DO ANDAMENTO PROCESSUAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.***

*1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/73 quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.*

*2. Não configura ofensa ao art. 458, inciso II, do CPC/73 o acórdão proferido por tribunal que decide a matéria de direito valendo-se dos elementos que julga aplicáveis e suficientes para a solução da lide.*

3. "Para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil, foi fixada a seguinte tese: "A ausência da cópia da certidão de intimação da decisão agravada não é óbice ao conhecimento do Agravo de Instrumento quando, por outros meios inequívocos, for possível aferir a tempestividade do recurso, em atendimento ao princípio da instrumentalidade das formas." (REsp 1.409.357/SC, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 22/05/2014.).

4. Na espécie, a Corte de origem, não obstante tenha reconhecido a ilegitimidade da certidão de intimação, aferiu a tempestividade do agravo de instrumento em decorrência da análise fática do andamento processual daquele Tribunal.

5. A modificação da conclusão do Tribunal de origem de modo a acolher a tese recursal de intempestividade do recurso de agravo de instrumento demandaria reexame do acervo fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 809.529/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 30/08/2016)

Por fim, quanto à aplicação da multa por embargos protelatórios, observa-se que os embargos de declaração, na espécie, foram opostos com o intuito de prequestionar a matéria, não havendo que se falar em eventual procrastinação do feito. Tal o desiderato dos embargos, não há por que inquiná-los de protelatórios, razão pela qual deve ser afastada a multa aplicada pelo Tribunal local. Nesse sentido:

*"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AFASTAMENTO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. NULIDADE DA ARREMATACÃO. CARTA DE ARREMATACÃO EXPEDIDA E REGISTRADA NO CARTÓRIO IMOBILIÁRIO. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. ART. 486 DO CPC. ARREMATACÃO DE IMÓVEL HIPOTECADO EM EXECUÇÃO APARELHADA POR CREDOR QUIROGRAFÁRIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO CREDOR HIPOTECÁRIO. ART. 698 DO CPC. INEFICÁCIA DA ARREMATACÃO EM RELAÇÃO AO CREDOR HIPOTECÁRIO (ART. 619 DO CPC), E NÃO SUA NULIDADE. (...)*

2. É inviável a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil se os embargos declaratórios não tiveram o propósito manifesto de procrastinar o feito.

*Aplicação da Súmula n. 98/STJ.*

*(...)*

*7. Recursos especiais parcialmente providos."*

(REsp 1.219.329/RJ, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, DJe de 29/4/2014)

*"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. BANCO DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONSUMIDOR. INSCRIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. DESNECESSIDADE DE DOCUMENTO FORMAL PARA ATESTAR A DÍVIDA A SER INSCRITA NOS BANCOS DE DADOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AVISO DE RECEBIMENTO DISPENSADO. DESPICIENDA A NOTIFICAÇÃO RELATIVA A INFORMAÇÕES CONSTANTES EM BANCOS DE DADOS PÚBLICOS. NECESSÁRIA A NOTIFICAÇÃO DE NEGATIVAÇÃO DERIVADA DE INFORMAÇÕES CONSTANTES DO CCF.*

*1. A multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil exige, para sua imposição, que os embargos de declaração tenham caráter manifestamente protelatório, o que não é o caso em julgamento. Incidência da Súmula 98 do STJ.*

*(...)*

*11. Recurso especial a que se dá parcial provimento."*

(REsp 1033274/MS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2013, DJe 27/09/2013)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 557, § 2º, DO CPC/73. ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ. AFASTAMENTO DAS MULTAS APLICADAS. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que não é aplicável a multa do artigo 557, § 2º, do CPC/73 quando o agravo interno interposto contra decisão monocrática do relator objetiva o exaurimento da instância ordinária, a fim de possibilitar a interposição de posterior recurso.*

*2. É inviável a aplicação da multa do artigo 538, parágrafo único, do CPC/73 se os embargos de declaração foram opostos com o fim de prequestionar a matéria deduzida no apelo especial, e não com o propósito*

*protelatório. Aplicação da Súmula 98/STJ.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento."*

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgInt no AREsp 166.764/PA, **de minha relatoria**, QUARTA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 29/06/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para afastar a multa prevista no art. 538 do CPC/73.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator